Estudo Social, Perícia Social, Relatório Social e Laudo Social

Professora Adriana Barros

- Movimento de sistematização e aprimoramento de meios para a intervenção;
- Enfrentamento das questões sociais;
- Exercício do projeto ético-político;

- Presente na perspectiva de trabalho do assistente social desde o início dos anos 1940 (Judiciário Paulista);
- Aprimoramento a partir da promulgação do ECA(1990) – Estatuto da criança e do adolescente;

 O Estatuto da Criança e do Adolescente reforçando a necessidade adotando a mesma linguagem, o que pode ser observado no conteúdo dos artigos 161 §1°; 162 §1° e 167, sempre se referindo à realização de estudo social ou, se necessário, perícia por equipe interprofissional

- Espaço de trabalho vinculado ao poder judiciário, embora hoje não exclusivamente;
- Sistema sócio jurídico (infância e juventude, abrigo, internatos, conselhos de direito, Ministério Público, sistema penitenciário);

Ponto de partida

- Lei 8.662 de 07 de junho de 1993
- Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:
- XI realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades

Ponto de partida

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

 IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social

Histórico

- Ao longo do processo histórico de atuação do serviço social no judiciário teve como metodologia operacional do "serviço social de casos individuais";
- Etapas: estudo, diagnóstico, tratamento/intervenção;
- Conceito de diagnóstico social (Mary Richmond -1917)

Histórico

- Doutrina social da igreja católica;
- Serviço social norte-americano;
- Natureza psicosocial (fatores internos ou de personalidade;
- Modelo de família sagrada e família nuclear;

Histórico

 Instrumentos: observação, entrevista e documentação ou registro;

Na contemporaneidade

- Suporte judicial para aplicação de medidas judiciais dispostas no ECA e na legislação civil referente à família;
- Primeiro plano referendadas no projeto ético-político e teóricometodológico e em segundo plano na natureza e determinantes institucionais;

Na contemporaneidade

- Trabalho, cidade, políticas sociais e família;
- Estudo social, perícia social, laudo social e parecer social metodologia de trabalho de domínio específico e exclusivo do assistente social;

 O assistente social é o profissional que adquiriu competência para dar visibilidade às demandas dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos, e o faz através do estudo social

 É o assistente social que pode trazer à tona a dimensão de totalidade do sujeito social e cabe a ele definir os meios necessários para a atingir os fins propostos (prerrogativa sua);

Acredita-se que o estudo social será sempre uma valiosa forma pela qual o profissional de serviço social irá demonstrar o seu trabalho frente uma situação específica. Verifica-se, no entanto, que o trabalho do assistente social, vem sendo requisitado para esclarecer questões conflituosas, cujo resultado venha determinar, entre outras coisas, vantagens, razão, conquista ou perda de demandas judiciais. Nos últimos anos, o trabalho passou a ter maior importância no campo relacional, emocional, moral e econômico, e por isso a atividade profissional vem sendo mais visada, assim como os interessados vêm exigindo serviços mais aprimorados.

- Conhecer com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social;
- Especialmente aspectos sócioeconômicas e sociais;
- Importância no contexto e não no fato;
- Estabelecer as inter-relações que atuam na situação social;

- Se concretiza por meio de entrevistas, visitas domiciliares e contatos com colaterais, pesquisas documentais e bibliográficas instrumentos que tem no relacionamento um elemento constante e dinâmico;
- Pesquisa sobre determinado assunto;

 A construção do estudo social contempla a inclusão do(s) sujeito(s) singular(es), na universalidade mais ampla na qual se insere(m)

 Não existe enquanto um "modelo ideal", que implique em conteúdos idênticos quando, por exemplo, realizado por diferentes profissionais

 Isso remete à inexistência de neutralidade na ação profissional, pois toda intervenção é impregnada pela visão de mundo, pelos valores do agente que a executa

- Passos para a sua construção:
- 1º "<u>o quê</u>" conhecer por meio dele, ou seja, qual o "objeto" a ser conhecido por meio dele.
- 2º por quê e para que realizar o estudo, ou seja, quais os objetivos a alcançar e com quais finalidades.
- 3º "como" fazer, isto é, qual a metodologia operativa que será utilizada (instrumentos e técnicas de intervenção).

Diferença entre estudo social e perícia social

- Miotto ensina que:
- A distinção estabelecida baseia-se na observação que a realização de uma perícia social implica na realização do estudo social, porém o estudo social não é em princípio uma perícia. Por que? Porque a perícia tem uma finalidade precípua, que é a emissão de um parecer para subsidiar a decisão de outrem (muito frequentemente o juiz) sobre uma determinada situação

- Estudo + parecer decisão;
- Parecer técnico ou científico para subsidiar uma decisão;
- Estudo social elaboração de laudo e emissão de parecer;
- Fund. Teórico metodológica, éticopolítica e tecnico-operativo para avaliar e julgar;

Quanto à sua conduta, deve ser serena, firme e fora de qualquer dúvida, convindo que o Perito evite o quanto possível a intimidade com o pessoal das partes interessadas e não se deixe persuadir com argumentos que julgue inconveniente, agindo com independência, especialmente na formação de seu laudo, que não deve sofrer pressões e influências

Especificamente à perícia social efetuada na esfera administrativa, deve o profissional ater-se ao fim a que se destina. Pode ocorrer que o pedido da perícia venha acompanhado de perguntas que devam ser respondidas. Tais perguntas, conhecidas por quesitos na linguagem jurídica, servem de norte a ser seguido pelo perito. Em não havendo, como comumente ocorre na esfera judicial, o profissional deve ser o suficiente diligente para ler atentamente toda a documentação que lhe fora apresentada, e ater-se aos motivos contidos na solicitação do serviço

Considera-se que serviços de perícia não se prestam para efetuar intervenção, e sim para tomar conhecimento e analisar uma situação concreta, emitindo parecer, a fim de que a autoridade solicitante tome uma decisão segundo o entendimento técnico demonstrado. Por outro lado, ao perceberse da possibilidade de acordo em uma possível contenda, ou da necessidade de intervenção, deve demonstrar tais considerações no final de seu trabalho

-Perícia Social é Perícia Judicial?

Atentos a tais aspectos que constam da legislação, especificamente aos instrumentos e recursos com os quais o magistrado opera, observou-se que o profissional de serviço social, como qualquer outro auxiliar da justiça, também desenvolve serviços de perícia. No entanto, raramente a atividade do assistente social é solicitada e desenvolvida como se perícia judicial fosse. Mesmo assim, embora a história demonstre que magistrados e técnicos possuem uma prática de entendimentos que vem dando certo, poderá ser mais bem operacionalizada

Perícia Social é Perícia Judicial?

Parece que a questão não é simplesmente de nomenclatura. Ao realizar um estudo social, o assistente social não utiliza as regras que norteiam a perícia judicial, e por isso não está adstrito às questões do impedimento e da suspeição, de compreender a figura do assistente técnico, de responder quesitos ou de ser penalizado por agir com dolo ou culpa em desfavor de uma das partes, entre outros aspectos iqualmente importantes.

Perícia Social é Perícia Judicial?

Segundo Marcos Valls Feu Rosa, perícia judicial é atividade técnica e processual, que se materializa no processo através de laudo ou de qualquer outra forma legalmente prevista, na condição de instrumento. Perícia judicial é atividade, é trabalho técnico desenvolvido em processo judicial dentro das normas aplicáveis. A perícia judicial, portanto, resulta tanto de uma atividade técnica como de uma atividade processual

Perícia Social é Perícia Judicial?

As regras que norteiam o estudo social são de cunho meramente técnico e ético, ao passo que ao realizar uma perícia social no âmbito da justiça, deve o profissional, além de observar estes aspectos, ater-se às regras processuais constantes no CPC e que se aplicam a qualquer tipo de perícia judicial

Relatório Social

- Apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social;
- Objeto de estudo, sujeitos, finalidades, procedimentos, histórico, desenvolvimento e análise;
- Descrição ou relato do que foi possível conhecer por meio do estudo;

Tipos de relatórios institucionais

- Informativos: atividades de triagem, para informar algum fato novo, encaminhamentos;
- Circunstanciados: situações de emergência para posterior aprofundamento
- Visita domiciliar: descritivo e analítico

Tipos de relatórios institucionais

- Acompanhamento: envolvem intervenção profissional direta, natureza avaliativa;
- Inspeção: exposição e descrição daquilo que foi observado no decorre da visita;

Laudo social

- Suporte à decisão judicial documento resultante da perícia social;
- Síntese significativa do estudo, da análise e o parecer social;
- Estrutura: introdução, identificação, metodologia, relato analítico, conclusão ou parecer social;

Laudo Social

- Estrutura:
- Introdução indica a demanda judicial e objetivos.
- Identificação dos sujeitos envolvidos.
- A metodologia usada para construí-lo.
- Relato analítico da construção histórica da questão estudada e do estado social atual da mesma.
- Conclusão ou parecer social sintetiza a situação; contém uma breve análise crítica; aponta conclusões ou indicativos de alternativas; expressa o posicionamento profissional frente à questão em estudo.

Laudo Social

- Escrito que contem parecer ou opinião conclusiva sobre determinado assunto;
- Escrito onde um perito emite um parecer;

Do ponto de vista jurídico

- Estudo e relatório não tem significado específico;
- Laudo (Código de processo civil) exposição feita por escrito, pelos peritos, das conclusões obtidas em relação ao que foram consultados;
- Perícia meio de prova consistente no parecer técnico de pessoa habilitada (exame, avaliação e vistoria)

Do ponto de vista jurídico

 Parecer: opinião fundamentada, o estudo dos aspectos de uma lei ou de um caso jurídico, a opinião de técnico, perito, arbitrador, sobre assunto de sua especialidade;

Laudo e relatório

- Diferença do ponto de vista da natureza da fundamentação técnica do parecer;
- No laudo fundamenta-se em análises e deve ser conclusivo, contendo diretrizes e sugestões;

Parecer Social

- Manifestação sucinta;
- Finalização de caráter conclusivo ou indicativo;
- Parte final laudo ou resposta a consulta;

Parecer Social

Na legislação previdenciária o parecer social é definido como "a opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão médicopericial" (MPAS/INSS, 1994, 25-26).

r Resumindo

	Estrutura	Opinião	espaço
Estudo Social	Não tem	Não precisa	Administrativo
Relatório Social	Estrutura diversa	Pode ou não ter	Administrativo
Perícia Social	Laudo +parecer	Sim	Judiciario
Laudo Social	Int+ident+meto d+relato+concl usao	sim	Judiciário
Parecer	não	sim	Adm e judiciário